

- X -

POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE: FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO

Liduína Maria Gomes, UECE
liduina.gomes@gmail.com

Anderson Gonçalves Costa, UECE
andersongoncalvescosta0@gmail.com

Cláudia Maria Sales Mendes, UMinho – PT
claudiagararu@gmail.com

INTRODUÇÃO

O trabalho buscou apreender as percepções de gestores municipais de Sobral- CE acerca da avaliação de desempenho e da formação de professores, aqui percebidas em suas dimensões e interconexões.

Realizou-se, entrevistas semiestruturadas junto a observação de campo. Os instrumentos de coleta de dados foram 3 (três): o questionário semiestruturado aplicado ao secretário de educação; o questionário semiestruturado aplicado aos diretores; e o roteiro de observação nas escolas. A pesquisa foi realizada em 2 (duas) escolas e na Secretaria de Educação.

A escolha das escolas pesquisadas justificou-se pela apresentação do maior (9.3) e menor IDEB (7.4) da rede escolar. Ambas são escolas de Ensino Fundamental I e localizam-se, geograficamente, em comunidades distantes uma da outra, centro e periferia. A Escola de Alto IDEB é situada na região central do município com matrícula de 787 alunos. A Escola de Baixo IDEB atende a comunidade periférica, apresentando matrícula de 631 alunos.

CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE SOBRAL

O Estado brasileiro é marcado pelas desigualdades e descompassos do federalismo que condicionam projetos políticos-pedagógicos autônomos que reflitam as realidades locais das redes de ensino (DUARTE, 2002), isso porque a autonomia das unidades subnacionais (cf.

art. 18, CF/88) conjuga-se frente aos imperativos da própria hierarquia federal – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – e das “relações e restrições com os níveis superiores de governo” (DUARTE, 2002, p. 304).

A realidade institucional do município de Sobral é favorecida pela condução de uma política que vem sendo desenvolvida por um mesmo grupo político desde início do século XXI. Diferente, de pensar, sob a ótica de outros municípios cearenses, a construção e condução de políticas que não aquelas pertencentes à cesta de serviços do governo federal e estadual, muitas vezes aderidas sob condições precárias das redes de ensino.

A avaliação educacional tem-se mostrado um terreno de debates que envolve discussões acaloradas quanto aos interesses e fins ligados a ela, por isso, acaba sendo uma “categoria pedagógica polêmica” (FREITAS et al, 2011, p. 7) permeada por contradições. Por assim ser, tratar da avaliação de desempenho dos sistemas educacionais envolve pressupostos que vão desde os objetivos estabelecidos com a adoção de um sistema de avaliação – qual o nível da sistematização? Tem se mostrado uma política duradoura? – até o entendimento do grau de complexidade desses mesmos sistemas – como são utilizados os indicadores? Qual a inflexão desses sistemas no cotidiano escolar?

O contato direto com a secretaria de educação e os diretores escolares confirmaram a função já anunciada por muitos dos sistemas de avaliação: permitir o monitoramento da qualidade da educação e o acompanhamento mais direto do cumprimento de metas estabelecidas. Sobral, a nosso entender, demonstra uma especificidade na condução de seu sistema municipal de avaliação, o de tomá-lo enquanto orientação para as metas estabelecidas nesse município e para o projeto educacional que tem sido construído.

A Avaliação Externa do município de Sobral ocorre semestralmente, nos meses de julho e novembro, envolvendo os alunos desde o Infantil V até o 9º ano. A aplicação e divulgação dos resultados é feita pela Casa da Avaliação, gerência da secretaria municipal de educação. A escola também prepara sua avaliação mensal com base nos descritores da avaliação municipal. Quando remetidos à avaliação educacional os gestores focalizam o sistema de avaliação do município, priorizando-o enquanto sinal da qualidade da educação que é, depois, verificada nas avaliações de desempenho do governo estadual e federal.

Difere, portanto, de outras redes municipais discutidas pela literatura (FREITAS; OVANDO, 2015), por apresentar continuidade e consistência em seu sistema de avaliação, seja pela avaliação no cotidiano da escola – essas elaboradas/aplicadas pelos coordenadores, sem a intervenção dos docentes – seja pela avaliação externa, ocorrida semestralmente,

elaborada pela Escola de Formação Permanente do Magistério e Gestão – ESFAPEGE⁴ ou por consultorias.

A proposta de formação continuada do município de Sobral/Ceará, guarda peculiaridades, no que concerne ao processo de autonomia pedagógica e descentralização, tendo como marco a criação da ESFAPEGE, através de uma Organização Social, criada em 20 de julho de 2006.

Quanto aos conteúdos abordados na formação, os entrevistados divergem: enquanto a diretora da escola de alto IDEB fala nos conteúdos de Português e Matemática, a de baixo IDEB fala de conteúdo interdisciplinares, e o secretário de conteúdos da matriz curricular. Inferimos que de fato são conteúdos referentes a matriz curricular nas áreas de português e matemática.

Na fala dos sujeitos, a formação de professores do município de Sobral, é realizada a partir de dois eixos distintos. A *estruturação* trata “sobre a rotina de sala de aula [...] montando uma estrutura, um eixo, para que eles não fiquem eventualmente perdidos ou sem algum norte” (Entrevista com o secretário municipal da educação de Sobral). É importante ressaltar que se trata da construção de uma rotina através do planejamento das ações pedagógicas. O outro eixo seria o da *instrumentalização*: “como o professor pode utilizar os recursos complementares em sala de aula” (Entrevista com o secretário municipal da educação de Sobral). Isto é, compete também a ESFAPEGE, produzir materiais complementares de apoio pedagógico, bem como implementar o uso destes na sala de aula pelos professores.

Portanto, são funções da ESFAPEGE: a formação dos professores e a estruturação e instrumentalização da ação docente junto à produção de material didático complementar e atualmente, a gestão do Programa Sobral no Enem, a elaboração de materiais das avaliações externas do município.

Para além da formação da ESFAPEGE, o município conta ainda com um suporte de assessoria na formação dos professores, com o Instituto Natura, LYCEUM Assessoria, Instituto Aírton Sena, entre outros, revelando a participação do setor privado na gestão educacional.

⁴ A ESFAPEGE é uma organização social, sem fins lucrativos, que tem por objetivo desenvolver processos educacionais no campo do ensino e da pesquisa que promovam a formação e qualificação, de professores e servidores do magistério e áreas afins, bem como prestar consultoria e assessoria à gestão educacional, que presta serviço a Prefeitura de Sobral, através de contrato de gestão entre a – ESFAPEGE (Organização Social) e o Poder Público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada na rede de ensino de Sobral evidenciou como o município incorpora ao seu projeto as políticas nacionais e estaduais que se coadunam com sua realidade. São traduções e hibridações das políticas que atestam os vários níveis de produção da regulação tanto no “alto” como no “baixo” do sistema (MAROY, 2011, p. 20), quando se criam mecanismos diversos de avaliação e acompanhamento da gestão escolar e da ação docente.

As normas legais e administrativas reforçam a dimensão normativa, sistemática e duradoura do sistema municipal de avaliação. Pudemos perceber que os gestores priorizam seu próprio sistema de avaliação, num movimento de incorporação das matrizes curriculares estaduais e nacionais, e construção, a partir da experiência de um currículo municipal.

Vislumbramos as dimensões da avaliação e da formação sob a ótica da mudança da prática pedagógica e do monitoramento com base em indicadores. Esses dois eixos encontram-se presentes no projeto educacional de Sobral e no Projeto Político Pedagógico das escolas. A ESFAPEGE é a responsável pela mudança na prática pedagógica dos professores, instrumentalizando e estruturando suas práticas em sala de aula. O monitoramento com base em indicadores é possibilitado pelo sistema de avaliação municipal, eixo central da política.

REFERÊNCIAS

- DUARTE, M. R. T. Sistemas públicos de educação básica e relações intergovernamentais: a ação da União e a autonomia dos sistemas locais de ensino. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 303-329, jul. 2002.
- FREITAS, D. T. F.; OVANDO, N. G. A avaliação educacional em contextos municipais, **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 963-984, out.-dez., 2015.
- FREITAS, Luiz Carlos et al. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. Editora Vozes, 2011.
- MAROY, C. Em direção a uma regulação pós-burocrática dos sistemas de ensino na Europa? In. OLIVEIRA, D. A. & DUARTE, A. (orgs.). **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, p. 19-46.